

caderno de imprensa

Anuário Financeiro dos Municípios 2007

Imprensa regional



Pampilhosa da Serra entre os municípios portugueses com melhor eficiência financeira

Pampilhosa da Serra está entre os 50 melhores municípios do país em termos de eficiência financeira.

A conclusão é do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2007, que foi recentemente (8 de Abril) apresentado em Lisboa.

Esta publicação, editada anualmente pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), é referente às contas apresentadas pelos 308 municípios portugueses em 2007, e visa, sobretudo, “analisar a situação orçamental, financeira, patrimonial e económica dos municípios”.

Para além de Pampilhosa da Serra, no distrito de Coimbra, apenas outros três concelhos têm este estatuto: Cantanhede, Oliveira do Hospital e Penacova.



ANUÁRIO FINANCEIRO: A CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DEIXA MARCO E CASTELO DE PAIVA NO FUNDO DA TABELA

Câmara de Cinfães leva o prémio de melhor gestão do Tâmega e Sousa

Alexandre Panda

De todos os municípios do Tâmega e Sousa, Cinfães é o concelho mais bem referenciado da região, tanto em termos de eficiência financeira como em termos de dívidas a fornecedores ou passivo por cada habitante. Já no fundo das diversas tabelas encontram-se o Marco de Canaveses, já bem conhecido pela dívida que levou o Estado a celebrar um contrato de reequilíbrio financeiro com aquele concelho, e também Castelo de Paiva que surge várias vezes no Anuário Financeiro dos Municípios relativo a 2007 com pouca liquidez e maior índice de dívidas a fornecedores quando comparado com as receitas. Amarante e Baião também são municípios do Tâmega com boas prestações gerais, e bem colocados no ranking geral dos melhores municípios em termos de eficiência financeira. No Vale do Sousa, Paços de Ferreira é a autarquia que menos gasta com os funcionários, mas também é aquela que tem menos liquidez e resultados financeiros negativos. Felgueiras é a câmara do Vale do Sousa com maiores resultados económicos da região.

Cinfães entre os municípios com melhor eficiência financeira

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses concluiu que Cinfães está entre os "50 melhores municípios em termos

10 indicadores relacionados com a "gestão financeira, económica, patrimonial e orçamental dos municípios" (entre os quais as dívidas a terceiros por habitante, a liquidez, o endividamento líquido por habitante, a arrecadação de impostos e taxas por habitante e a diminuição dos passivos financeiros).

O desempenho do município

de Cinfães é ainda referenciado no "ranking global dos 20 melhores municípios de média dimensão", também relativamente à eficiência financeira.

Os autores do estudo atribuíram três categorias aos municípios, consoante a população de cada um: pequena (população menor ou igual a 20 mil habitantes), média (superior a 20 mil e menor ou igual a 100 mil habitantes) e grande dimensão (superior a 100 mil habitantes). Para a elaboração do estudo, a população atribuída a Cinfães foi de 20 494 habitantes.

No ranking global dos 50 melhores municípios, foram consideradas todas as categorias.

O Anuário "analisa as contas dos municípios" e "tem o apoio da Câmara dos Téc-

Amarante no ranking dos 50 melhores municípios em termos de eficiência financeira

À semelhança de Cinfães, Amarante encontra-se entre os 50 municípios com gestão financeira, económica e patrimonial mais equilibrada, sendo o único município do distrito do Porto a figurar no ranking global dos melhores municípios em termos de eficiência financeira.

O Município de Amarante consta, ainda, no ranking dos 35 com menor endividamento total (passivo exigível), por habitante, e entre os 35 municípios com menor índice de dívidas a fornecedores, relativamente às receitas do ano anterior (2006).

Esses resultados

projecto de investigação, designado "A Eficiência no Uso dos Recursos Públicos e a Qualidade da Decisão Municipal Portuguesa", levado a cabo pelo Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas, com início em 2004, da Universidade do Minho e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Baião bem classificado

O Município de Baião foi, em 2007, o 21º a nível nacional com maior grau de execução da receita cobrada em relação ao orçamento da receita. O município baionense conseguiu um grau de 89,2% de execução deste indicador, enquanto que Albufeira, com 117,7%, se situou na primeira posição deste "ranking". Os dados constam no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses - 2007, que ontem foi apresentado, em Lisboa, pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC).

Os níveis de execução na casa dos 90% "evidenciam situações de grande rigor na elaboração dos orçamentos e o respeito pelas normas e princípios orçamentais estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)", refere o documento.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses - 2007 coloca ainda Baião numa posição de destaque no que refere ao "ranking" de municípios com menos passivo exigível, por habitante: Baião situava-se no 17º lugar, com uma dívida de 175,98

Euros por habitante. "Estarmos classificados naquela posição, em 2007, é a demonstração do esforço de gestão rigorosa que levamos a cabo para equilibrar as contas e podermos fazer face a compromissos e dívidas da autarquia. Entre o princípio do mandato, e o final de 2007, foram pagos quase 7 milhões de Euros, entre dívidas e compromissos assumidos pela anterior gestão", refere o presidente da autarquia, José Luís Carneiro.

Marco de Canaveses com fundos próprios negativos

A única nota positiva das finanças do Marco de Canaveses prende-se com o grau de execução da receita cobrada em relação ao orçamento da receita. Neste particular a câmara do Marco de Canaveses está situada na 34ª posição com uma taxa de execução de 84,7%. De resto o Anuário apenas atribui notas negativas às finanças marcoenses, estando citadas na tabela dos municípios com fundos próprios negativos. Também se encontra na 34ª posição das câmaras com maior passivo que em 2007 era de 45 329 807 euros. Refira-se que em 2005 o passivo declarado foi de 45 milhões. Quando comparamos os números chega-se à conclusão que a câmara reduziu a dívida de 2006 para 2007. O Marco de Canaveses também está na 9ª posição quanto aos municípios com maior índice de endividamento líquido em relação às receitas do ano anterior.

Resende com menor grau de execução financeira

A câmara de Resende está citada no Anuário Financeiro dos Municípios relativo a 2007 como a 26ª do país com menor grau de execução da receita cobrada, relativamente à receita líquida, com uma percentagem de 95,19. De resto Resende apenas é situado nas tabelas do número de habitantes que revela que o concelho tem vindo a perder população. Passou de 11 887 habitantes em 2005 para 11 775 um ano depois, para terminar em 11 681 em 2007.

Celorico de Basto não é citado no Anuário em termos financeiros passando a ser falado apenas na tabela da população, onde se fica a saber que o concelho perdeu cerca de 200 habitantes de 2005 para 2007.

Castelo de Paiva com menor liquidez e maior índice de dívidas a fornecedores

As finanças de Castelo de Paiva estão a passar por uma fase difícil. O município é o quinto do país com menor grau de execução da receita cobrada em relação ao orçamento da receita e ocupa a mesma posição quanto ao menor rácio de receitas líquidas sobre as receitas previstas. Também é das câmaras que tem um maior índice de



Câmara Municipal de Cinfães

de eficiência financeira". Os dados do documento referem-se à prestação financeira dos municípios durante o ano de 2007.

A elaboração do ranking teve por base

nicos Oficiais de Contas, do Tribunal de Contas e da Fundação para a Ciência e Tecnologia".



dívida a fornecedores relativamente às receitas totais do ano anterior e é o 35.º município do país com menor liquidez. A única nota positiva que se encontra no Anuário prende-se com o facto do municípios não ter recorrido a nenhum empréstimo des-

inventariáveis são considerados custos à medida que vão sendo depreciados ou desvalorizados. Em termos contabilísticos, o registo da desvalorização anual do imobilizado designa-se por “amortizações” e é um dos principais custos dado o elevado valor

curto prazo (ano), Penafiel e Paços de Ferreira estão incluídos no lote dos 35 mais debilitados. No 14.º lugar está Penafiel, com um saldo negativo de quase 16,5 milhões de euros e em 25.º surge Paços de Ferreira com mais de 11 milhões negativos. Ainda pelo lado negativo, Paços de Ferreira está na lista (em 8.º) dos municípios com menores resultados económicos, com resultados negativos que ascendem quase aos cinco milhões.

No entanto Paços de Ferreira é das câmaras que menos gasta com pessoal e está entre os 35 municípios com maior grau de execução da receita cobrada relativamente à receita liquidada, no lugar número 12 com 102,74 por cento de grau de execução, mas é também uma das que tem maior peso das despesas de investimento e transferências de capital nas despesas totais, e surge ainda como o 27.º município com maior índice de dívida a fornecedores relativamente às receitas totais do ano anterior, com uma percentagem de 89,2 por cento.

No ranking dos 35 municípios com menor dívida por habitante está a autarquia de Paredes, com 172,31 euros por habitante, em 15.º lugar, sendo a dívida mínima de 22,89 euros e a máxima de 248,56. Apesar de ter havido um aumento em relação ao ano de 2006, é de salientar que no Anuário relativo às contas desse ano o município surgia na 10.ª posição da lista dos concelhos com menor passivo exigível por habitante – 137,72 euros.

Endividamento geral das autarquias subiu

O endividamento das autarquias subiu para 6 664 milhões de euros, em 2007. Lisboa representa um terço da dívida global, mas as câmaras de Aveiro, Maia, Figueira da Foz e Gaia também se destacam com liquidez negativa. Ao todo, 195 municípios apresentaram, no final de 2007, uma liquidez negativa de 685 milhões de euros. Tal valor - em que as dívidas a pagar foram superiores ao dinheiro disponível - é demonstrativo que as autarquias não conseguiram pagar as dívidas a curto prazo, que subiram nesse período mais de 26 milhões de euros, face ao ano anterior. As dívidas de médio e longo prazo, por seu turno, apresentaram uma redução, caindo 49,5%.

Castelo de Paiva e Marco de Canaveses são os municípios do Tâmega e Sousa a viver maiores dificuldades financeiras

No entanto, dos 308 municípios portugueses, há a destacar que 17 não registaram qualquer endividamento líquido. Neste item saliente-se que as autarquias de Penacova, Cascais, Cinfães, Mafra, Lagos, Almada, Câmara de Lobos, Castelo Branco, Belmonte e Loulé são aquelas que apresentaram a melhor situação financeira.

De acordo com o documento apresentado na Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, a dívida global das autarquias aumentou, sobretudo, devido ao endividamento junto de fornecedores e ao leasing, e não por via de empréstimos bancários. Segundo o Anuário, a dívida dos municípios à Banca diminuiu, inclusive, mais de 52 milhões de euros.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

de 2005.

Do lado oposto do Vale do Sousa, a câmara gerida por Fátima Felgueiras é dos municípios com maiores resultados económicos com cerca de sete milhões de euros que lhe vale a 26.ª posição nacional. Felgueiras também é citado por não incluído os bens de domínio público no activo municipal (em 2006 não apresentavam esta informação os municípios de Câmara de Lobos e Felgueiras). Em obediência ao princípio da especialização dos exercícios, os bens

dos activos imobilizados. No entanto, apesar da obrigatoriedade do registo anual das amortizações dos exercícios, 12 municípios não efectuaram este registo contabilístico, entre eles Felgueiras.

Penafiel e Paços de Ferreira com pouca liquidez

Em termos de liquidez, que mede a capacidade que uma empresa ou entidade tem para pagar os seus compromissos a



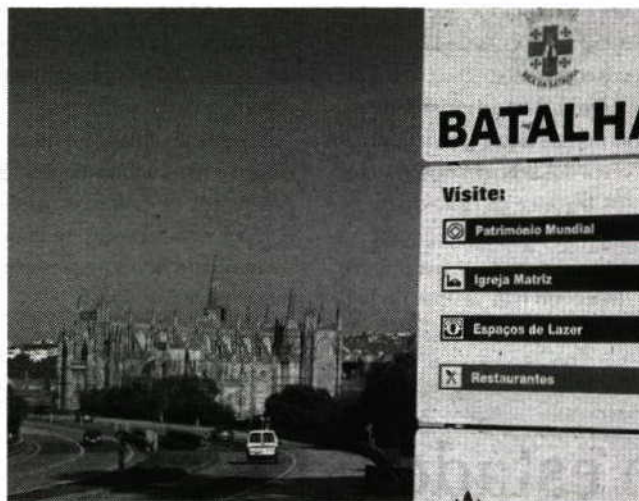
Município da Batalha está entre os menos endividados do País

De acordo com o Anuário Financeiro Municípios Portugueses 2007, a Batalha é o sexto do País com menor passivo por habitante

■ Os dados revelados pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses referente a 2007, apresentado no início do mês no auditório da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, em Lisboa, revelou que o município da Batalha está entre os 35 melhores de todo o País que apresentaram, em 2007, menor endividamento total.

Segundo o documento, o município aparece em 6.º lugar, entre as 308 Câmaras Municipais de todo o País, nos "municípios com menor passivo exigível, em 2007, por habitante (dívidas/n.º de habitantes)", sublinha a autarquia.

Referência também ao facto da Batalha aparecer em



AUTARQUIA da Batalha diz que foi financeiramente rigorosa

3.º lugar do total de "municípios que não recorreram a empréstimos bancários em 2005, 2006 e 2007".

No que diz respeito aos "municípios com maior grau de execução da receita cobrada relativamente à receita líquida-

da", a Batalha surge na 34.ª posição do ranking nacional, com o valor de 100,07. O indicador do grau de execução da receita relaciona os montantes das cobranças com a receita prevista no orçamento corrigido.

Os dados referidos no Anuário traduzem "o elevado nível de execução financeira" do município no ano de 2007, sublinha a autarquia, sustentando que a gestão municipal "assentou em princípios de equilíbrio orçamental (as receitas correntes superam as despesas correntes) e de rigor financeiro, concorrendo assim para um bom desempenho da autonomia financeira e consequente baixo grau de endividamento" do município. |



Azeméis no top dos ranking's negativos

Os dados são de 2007 e não são nada favoráveis ao concelho de Oliveira de Azeméis. A tendência já então se adivinhava para o agravamento.

ANGELA AMORIM

O endividamento das câmaras subiu para 6.664 milhões de euros em 2007 e mais de metade deste valor está concentrado em 30 municípios, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Deste documento, lançado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), pode concluir-se que o endividamento das autarquias decorrem das dívidas a fornecedores e do recurso ao leasing, em dados que se reportam ao ano de 2007.

Da análise efectuada, salien-

tamos que entre os concelhos da região, nomeadamente entre os que formam o Entre Douro e Vouga, Oliveira de Azeméis acumula os piores índices neste estudo. Surge em 10º lugar no 'ranking' dos municípios com menor grau de execução da receita cobrada, relativamente à liquidada. Uma outra posição negativa para o nosso concelho (4º) é verificada na listagem dos municípios com maior índice de dívida a fornecedores relativamente às receitas totais do ano anterior.

Já ao nível dos grupos municipais com maior índice de dívida líquida, Oliveira de Azeméis assume o 22º com quase 54 milhões, tendo, no entanto, à sua frente o vizinho município de Santa Maria da Feira (21º lugar), com pouco mais de 56 milhões de euros. Ainda em 25º lugar entre os municípios com maior passível (dívidas), em 2007, está no-

Foto de Arquivo



Oliveira de Azeméis não tem uma posição muito confortável neste estudo da CTOC

vamente o concelho oliveirense. Das autarquias com menor liquidez, o 11º é para Oliveira de Azeméis e o 29º para Santa Maria da Feira, se nos reportarmos apenas à NUT III a que pertencemos.

Até ao 35º lugar destes ranking's, do Entre-Douro/Vouga não surge nenhum outro município.

Arouca à frente no EDV

Pela positiva é de sublinhar o desempenho de Arouca: 6º lugar entre os 50 melhores em termos de eficiência financeira (Feira assume o 40º) e o 2º entre os 20 melhores municípios de média dimensão (7º lugar para Feira entre os de grande dimensão). Arouca é ainda o 20º concelho entre os habituais 35 de cada ranking com menor peso das despesas com pessoal nas despesas totais e o 29º com menor passivo exigível (dívida) por habitante.



Autarquia entre as melhores

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (AFMP), referente ao ano de 2007 coloca Ponte de Sor entre as 50 melhores autarquias em termos de eficiência financeira. Segundo o site da Câmara de Ponte de Sor na internet, "a lista dos 50 Municípios com melhor performance global, foi efectuada tendo em conta rácios que demonstram simultaneamente quem tem melhor gestão financeira, económica, orçamental e patrimonial". O AFMP, tornado público a 8 de Abril, é uma edição da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) e refere-se às contas apresentadas pelos 308 Municípios do país. A autarquia de Ponte de Sor, para além de constar no ranking dos 50 melhores autarquias, faz parte do ranking dos 20 melhores Câmaras Municipais de pequena dimensão. Nos rankings onde são analisados itens mais específicos, Ponte de Sor volta a ser referido: Como um dos 29 municípios que não recorreram a empréstimos bancários nos anos de 2005, 2006 e 2007; Em 9.º lugar, entre os 35 municípios com menor passivo exigível por habitante; Em 23.º lugar, entre os 35 Municípios com maior liquidez; Em 4.º lugar, entre os 17 Municípios sem endividamento líquido e, por fim, em 7.º lugar entre os 35 Municípios com menor endividamento líquido em relação às receitas do ano anterior. Ponte de Sor é mesmo o único município da região do Alentejo a constar neste ranking.

Câmara de Sines promete pagar

A CÂMARA Municipal de Sines (CMS) garante que vai regularizar o pagamento de dívidas a fornecedores, assim que o Tribunal de Contas aprove o Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado a que a autarquia se candidatou. De acordo com os dados do Anuário Financeiro dos Municípios de 2007 dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC) Sines foi, novamente, em 2007 o município do distrito com maior índice de dívida a fornecedores relativamente às receitas totais do ano anterior (97 por cento).

De acordo com a vereadora do pelouro das Finanças, Carmem Francisco os índices relativos à situação financeira da autarquia constantes no anuário dos TOC não são novidade. A autarca assegura que estes índices «resultam de situações muito prolongadas no tempo, tendo a CMS acumulado um conjunto de dívidas a fornecedores cujo montante é muito elevado».

Carmem Francisco refere ainda que a CMS «tem mantido um nível de investimentos e realização de iniciativas muito elevado, que nem sempre foi acompanhado das receitas esperadas», sobretudo no que se refere a fundos comunitários. Além disso, as re-



Arquivo

A Câmara apresentou candidatura para pagar dívidas

Através do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas de Estado a autarquia espera pagar mais de 11 milhões de euros em facturas, regularizando todas as situações de dívidas a fornecedores

ceitas do Orçamento de Estado têm mantido «níveis também baixos», ao longo dos últimos anos.

Consciente do problema, acrescenta a autarca, a câmara apresentou uma candidatura ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, que permitirá, em 2009, «pagar mais de 11 milhões de euros em facturas, regularizando todas as situações de dívidas a fornecedores». Através do recurso a este programa, a autarquia assume ainda o compromisso de «reduzir prazos de pagamento, que será de 184 dias para o ano de 2009, reduzindo progressivamente, entre 15 a 25%, nos anos seguintes».

O processo já foi remetido para o Tribunal de Contas, para ser visado, e assim que receba o aval «serão efectuados os pagamentos das facturas em atraso», garante a autarca.

Ainda de acordo com os dados do anuário dos TOC, revelados pelo Semmais Jornal em edição anterior, a Câmara de Sines é a autarquia do distrito com maior passivo exigível por habitante (1706 euros) e com menor liquidez financeira, com um saldo negativo de 11.655.828 euros, embora tenha descido mais de cinco milhões de euros em relação a 2006.



NACIONAL

Dos 308 municípios portugueses, 195 apresentavam, no final de 2007, uma liquidez negativa conjunta de 685 milhões de euros, tornando-os incapazes de pagar as suas dívidas de curto prazo a terceiros, que ascendiam a 2.264 milhões de euros

DE ACORDO COM O ANUÁRIO FINANCEIRO

Autarquias sem dinheiro para pagar dívidas

Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2007, apresentado recentemente pela Câmara dos Técnicos Oficiais de

Contas, revela ainda que o endividamento total das autarquias subiu, em 2007, para mais de 6.663 milhões de euros, dos quais 4.399 milhões de euros correspondem a dívidas à banca. "Em 31 de Dezembro de 2007, o sector autárquico apenas dispunha de meios financeiros para pagar menos de metade da sua dívida a terceiros", pode ler-se no documento.

O aumento do endividamento dos municípios fez-se sobretudo à custa das dívidas de curto prazo, que subiram 76,6 milhões de euros em relação a 2006, explica o Anuário, pois as dívidas a médio e longo prazo caíram mesmo cerca de 49,5 milhões de euros. Esta tendência está em consonância com o crescente endividamento junto dos fornecedores, por via, por exemplo, do aumento dos prazos de pagamentos,



▲ A autarquia de Lisboa é a única de grande dimensão que aparece no ranking dos 35 com maiores dívidas por habitante

um fenómeno de que as empresas do sector da Construção têm sido as grandes vítimas. Outro dado revelado pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses prende-se com o número de autarquias em situação de ruptura financeira. No final de 2007, eram 73 os municípios que se encontravam em situação de

desequilíbrio financeiro estrutural, com dívidas a fornecedores de montante superior a mais de metade das receitas totais do ano anterior. Na lista das autarquias que apresentavam maior desequilíbrio financeiro em 2007, destaca-se a de Aveiro, com 76,1 milhões de euros de dívidas a fornecedores. Seguem-se as do Fun-

ção, Nazaré, Oliveira de Azeméis e Celorico da Beira. Pelo lado oposto, as câmaras com menores dívidas a fornecedores eram as de Penedono, Aguiar da Beira e Santa Cruz das Flores.

Lisboa lidera lista de menor liquidez

No que se refere ao mon-

tante da liquidez negativa, é a autarquia de Lisboa que lidera o ranking, com 266 milhões de euros, o que corresponde a um terço da liquidez negativa global dos municípios.

Nesta lista, seguem-se os municípios de Aveiro (-36,7 milhões de euros), Maia (-30,6 milhões de euros), Figueira da Foz (-30,5 milhões de euros) e Vila Nova de Gaia (-29 milhões de euros).

Também no que diz respeito aos municípios com maiores dívidas, Lisboa lidera a lista, com 965 milhões de euros, sendo ainda o único grande município que aparece no ranking dos 35 com maiores dívidas por habitante.

Apesar do aumento das dívidas verificado em 2007, o estudo salienta que "é significativo o número de municípios que diminuíram as mesmas em relação ao ano anterior", destacando o caso de Oeiras.

As autarquias de Cascais, Sintra e Vila Franca de Xira são as únicas de grande dimensão que aparecem na lista das 35 com menores dívidas por habitante.

Por outro lado, Lisboa é a que regista maior independência financeira das transferências do Estado, na ordem dos 87 por cento, seguindo-se Loulé e Sesimbra.

Já pelo lado oposto, a dependência das transferências do Orçamento de Estado são uma característica nas autarquias de menor dimensão.

Nesta situação estão os municípios de Vinhais, Santa Cruz das Flores e Lajes do Pico, com índices de dependência das transfe-

rências do Estado de cerca de 80 por cento.

Peso dos impostos nas receitas

Os impostos municipais (IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis; IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis; e IMV - Imposto Municipal sobre Veículos) têm-se revelado grandes fontes de receitas das autarquias e o ano de 2007 não fugiu à regra.

Segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, em 2007 foram 30 as autarquias onde o peso das receitas provenientes de impostos e taxas ultrapassou os 50 por cento do total. Destas, Loulé e Cascais atingiram os 70 por cento. Tratam-se ainda de municípios predominantemente do litoral, "relativamente aos quais se tem verificado, nos últimos anos, elevado crescimento imobiliário, com reflexos no aumento do IMI e IMT".

Aliás, o documento refere o aumento que se registou de 384 milhões de euros em cobranças de impostos directos, indirectos e taxas municipais. O IMI ascendeu a 988 milhões de euros, enquanto o IMT a 912 milhões.

No que diz respeito ao recurso das autarquias a empréstimos bancários, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses conclui que, em 2007, cerca de 90 autarquias não recorreram a empréstimos bancários e que o peso dos passivos financeiros nas receitas totais foi maior nos municípios de menor dimensão. □

MUNICÍPIOS COM MAIOR DÍVIDA

Município	Valor (euros)
Lisboa	965 453 601
Vila Nova de Gaia	268 040 500
Porto	177 265 109
Aveiro	121 835 696
Gondomar	109 395 069
Maia	105 469 708
Braga	90 630 116
Sintra	89 679 427
Covilhã	86 938 744
Seiúbal	83 077 853

Fonte: Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses - 2007

MUNICÍPIOS COM MENOR DÍVIDA

Município	Valor (euros)
Penedono	76 029
Lajes das Flores	887 246
Redondo	1 048 149
Cinfães	1 151 687
Santa Cruz da Graciosa	1 305 780
Viana do Alentejo	1 310 182
Vila do Bispo	1 355 933
Marvão	1 415 614
Santa Cruz das Flores	1 472 867
Campo Maior	1 474 242

Fonte: Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses - 2007



MURÇA > "MURÇA É O 12º PIOR MUNICÍPIO A NÍVEL NACIONAL"

PSD critica "estado preocupante" das contas da Câmara

Murça aparece como um dos piores municípios a nível nacional, em termos financeiros, patrimoniais e orçamentais. Quem o diz é o Partido Social Democrata (PSD) de Murça, que afirma, com base no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativo a 2007, que "Murça é o 12º pior município a nível nacional".

Segundo um comunicado do PSD de Murça, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, relativamente ao ano de 2007, recentemente publicado, destacou "o estado preocupante em que se encontram as contas da Câmara Municipal de Murça, aparecendo como um dos piores

municípios a nível nacional, em termos financeiros, patrimoniais e orçamentais".

"As dificuldades que a Câmara de Murça, presidida há quase oito anos por João Teixeira, actualmente atravessa, manifestam-se uma vez mais quando considerada a dependência do município face às transferências do Orçamento de Estado", refere o comunicado. Segundo os sociais democratas, "o indicador mais preocupante, e o reflexo da gestão que tem vindo a ser feita por João Teixeira, é o aumento da dívida do município". O PSD afirma que este aumento se reflecte na dívida que o município tem por habi-

tante, sendo "uma das autarquias do país com maior rácio por município, em que cada um deve 1.689 euros".

A oposição murcense defende que "a situação piorou, em relação ao exercício anterior, não havendo investimentos nem melhorias nos serviços prestados aos cidadãos" que justifiquem tal situação. O Anuário em causa é editado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas e procura analisar a situação orçamental, financeira, patrimonial e económica dos municípios. Este estudo estabelece ainda rankings relativos à performance das várias autarquias.

Andreia Mota



Dívidas aumentam também nos municípios EDV

Anuário CTOC pessimista

J. Jardim

Os dados são de 2007 e já não são favoráveis a alguns concelhos do EDV. A tendência já então se adivinhava para agravamento.

Angela Amorim

angela.amorim@edvsemanario.pt

O endividamento das câmaras subiu para 6.664 milhões de euros em 2007 e mais de metade deste valor está concentrado em 30 municípios, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Deste documento, lançado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), pode concluir-se que o endividamento das autarquias decorrem das dívidas a fornecedores e do recurso ao leasing.

E NÓS POR CÁ?

Da análise efectuada, salientamos que entre os concelhos do EDV, Oliveira de Azeméis acumula os piores índices neste estudo. Surge em 10º lugar no 'ranking'



Oliveira de Azeméis e Arouca, um pela negativa outro pela positiva, destacam-se no conjunto dos cinco do EDV, de acordo com o estudo da CTOC. Os dados apresentados referem-se a 2007.

dos municípios com menor grau de execução da receita cobrada, relativamente à liquidada. Uma outra posição negativa para o mesmo concelho (4ª) é verificada na listagem dos municípios com maior índice de dívida a fornecedores relativamente às receitas totais do ano anterior.

Já ao nível dos grupos municipais com maior índice de dívida líquida, a Feira assume o 21º lugar, com pouco mais de 56 milhões de

euros, seguida de Azeméis (22º) com quase 54 milhões. Ainda em 25º lugar entre os municípios com maior passível (dívidas) em 2007 está novamente o concelho oliveirense. Das autarquias com menor liquidez, o 11º é para Oliveira de Azeméis e o 29º para Santa Maria da Feira.

Até ao 35º lugar destes rankings, do Entre-Douro/Vouga não surge nenhum outro município.

Pela positiva é de sublinhar o

desempenho de Arouca: 6º lugar entre os 50 melhores em termos de eficiência financeira (Feira assume o 40º) e o 2º entre os 20 melhores municípios de média dimensão (7º lugar para Feira entre os de grande dimensão). Arouca é ainda o 20º concelho entre os habituais 35 de cada ranking com menor peso das despesas com pessoal nas despesas totais e o 29º com menor passivo exigível (dívida) por habitante.



Contas municipais Mesmo com o lapso a capital do distrito é a mais endividada

Setúbal passa dívida para Gondomar



O MUNICÍPIO de Setúbal ocupava, em 2007, o décimo lugar entre os municípios portugueses com um maior passivo exigível (dívidas), de acordo com o Anuário Financeiro de 2007 dos Técnicos Oficiais de Contas (TOC). O município sadino continua a ser o mais endividado do distrito com um passivo de cerca de 83 milhões de euros, o que representa um decréscimo em relação a 2006.

Fonte do gabinete da presidência da Câmara de Setúbal salienta, no entanto, que os valores constantes do mapa do anuário, relativos ao passivo exigível em 2005 e 2006 «não estão correctos uma vez que correspondem aos montantes em dívida da Câmara Municipal de Gondomar». Na verdade, salienta a mesma fonte, os valores correctos em relação à Câmara de Setúbal são 82.165.509 euros, em 2005, e 86.756.195 euros, em 2006, ao invés de 118.388.413 e 115.290.367, tal como consta no anuário.

A autarquia sublinha ainda que a dívida em 2008 já se cifrava em 75.726.187 euros, realçando que «o montante em dívida tem vindo a crescer nos últimos 3 anos, tendo, em 2008 sido diminuído o passivo exigível em nove milhões de euros». O

constantes do Anuário de 2007 referentes a Setúbal.

Outro dado negativo em relação a Setúbal é que continua a ser um dos municípios que regista maior peso das despesas com pessoal nas despesas totais. Sobre esta matéria, a mesma fonte

car a situação da Câmara de Sines que é a autarquia do distrito com maior passivo exigível por habitante (1706 euros) e com menor liquidez financeira, com um saldo negativo de 11.655.828 euros, embora tenha descido mais de cinco milhões de euros em relação a 2006. Sines é ainda o município com maior índice de dívida a fornecedores relativamente às receitas totais do ano anterior (97 por cento). Este é um indicador importante, pois, de acordo com a nova Lei das Finanças Locais, um município com dívidas a fornecedores de montante superior a 50% das receitas totais do ano anterior “pode ser declarado em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou/e ruptura financeira”.

O Semmais Jornal contactou a Câmara de Sines para obter um comentário sobre esta matéria, mas não foi possível obter resposta em tempo útil.

Um dos dados negativos em relação a Setúbal, de acordo com o anuário, é que continua a ser um dos municípios que regista maior peso das despesas com pessoal

Semmais Jornal contactou o autor do estudo, João Carvalho, que afirmou não se ter apercebido ainda do erro. «É a primeira vez que me alertam para isso. Vou ter de verificar bem na minha base de dados». O Semmais analisou os dados do Anuário de 2006 e constatou que, de facto, os valores mencionados nesse ano não coincidem com os

da autarquia salienta que «foi reduzido o número de funcionários do ano de 2006 para 2007» e que «as despesas de pessoal têm vindo a decrescer». No entanto, há um aumento no que respeita às despesas com a ADSE, que «acabam por consumir a redução obtida nessa sede».

Em termos de indicadores negativos, é ainda de desta-



RUI DIAS



Cascais no *top ten* da gestão equilibrada

Cascais integra o *ranking* global dos dez melhores municípios no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

● Cascais integra o "*ranking* global" dos dez melhores no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007, sendo, entre as autarquias de grande dimensão, o primeiro em eficiência financeira, pelo segundo ano consecutivo.

No âmbito do projecto "A Eficiência no Uso dos Recursos Públicos e a Qualidade da Decisão Municipal Portuguesa", foi divulgado na passada semana pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007, documento onde se atesta a boa saúde finan-

ceira da Câmara Municipal de Cascais. De entre os 308 municípios analisados, Cascais integra o "*ranking* global" dos 10 melhores municípios de grande dimensão em eficiência financeira, grupo que partilha com Almada, Amadora, Barcelos, Braga, Leiria, Santa Maria da Feira, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira. A saúde e equilíbrio financeiros de Cascais reflecte-se ainda noutros parâmetros deste estudo, nomeadamente no que respeita à independência financeira. Com 80 por cento, Cascais figura entre os dez primeiros dos 50 municípios

com maior independência financeira. Saliente-se que esta independência assenta numa colecta de taxas e impostos que, no caso de Cascais, significam 71,5 por cento das receitas totais. De salientar ainda que Cascais, Sintra e Vila Franca de Xira são os únicos municípios de grande dimensão que aparecem no *ranking* dos 35 municípios com menores dívidas por habitante. Cascais está entre os dez municípios que, a nível nacional apresentam maior liquidez, com 14,5 milhões de euros de um resultado económico de 11,6 milhões em 2006 .



Câmara setubalense era a mais endividada do distrito em 2007

Setúbal A capital de distrito ocupava, em 2007, o 10.º lugar entre os municípios com mais dívidas, de acordo com o Anuário Financeiro de 2007 dos Técnicos Oficiais de Contas. O município continua a ser o mais endividado do distrito com um passivo de cerca de 83 milhões de euros, o que representa um decréscimo em relação a 2006.

Fonte da presidência da Câmara salienta, no entanto, que os valores do anuário relativos ao passivo exigível em 2005 e 2006 «não estão correctos», uma vez que «correspondem aos montantes em dívida da Câmara de Gondomar». Na verdade, salienta, os valores correctos em relação a Setúbal são 82 165 509 euros, em 2005, e 86 756 195 euros, em 2006, ao invés de 118 388 413 e 115 290 367. A autarquia diz que a dívida

em 2008 já se cifrava em 75 726 187 euros, realçando que «o montante tem vindo a decrescer nos últimos 3 anos, tendo, em 2008 diminuído o passivo exigível em nove milhões de euros». Outro dado negativo, de acordo com o anuário, é que continua a ser um dos municípios que regista maior peso das despesas com pessoal. Sobre esta matéria, a mesma fonte salienta que «foi reduzido o número de funcionários de 2006 para 2007» e que «as despesas de pessoal têm vindo a decrescer». No entanto, há mais despesas com a ADSE, que «acaba por consumir a redução obtida nessa sede». Quanto a indicadores positivos, Almada, Seixal e Palmela são dos municípios portugueses com maior liquidez financeira, respectivamente em 2.º, 14.º e 33.º lugares. **V.M.**



Maia com terceira menor liquidez em 2007



Saldo negativo superior a 30,5 milhões de euros

Passivo do município foi superior a 105,4 milhões de euros

No final de 2007, 195 dos 308 municípios do país apresentavam uma liquidez negativa de 685 milhões de euros. Entre eles, a Maia. Mas também em destaque as câmaras de Vila Nova de Gaia, Porto, Lisboa, Aveiro e

Figueira da Foz. É a conclusão do "Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007", divulgado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Os dados revelam ainda que, em 2007, o endividamento das autarquias subiu para mais de 6,6 mil milhões de euros, sendo um terço da dívida global referente a Lisboa.

Dizer que uma autarquia apresentava liquidez negativa equivale a afirmar que, no período em causa, o valor das dívidas a pagar foi superior ao dinheiro disponível nesse município. Aliás, também em 2007, as dívidas a curto prazo dos mu-

nicipios portugueses subiram mais de 26 milhões de euros, quando comparadas com 2006, sobretudo pelo endividamento junto de fornecedores e recurso ao leasing, sendo que no final de 2007 73 municípios apresentavam um valor de dívidas a fornecedores superior a 50 por cento das receitas totais. Com a capital na liderança, a Maia foi em 2007 o município com a terceira menor liquidez, registando um saldo negativo superior a 30,5 milhões de euros.

PASSIVO BAIXOU

Se este é um cenário de mais de metade dos muni-

cípios portugueses, importa ainda referir que, segundo o anuário, 35 autarquias são detentoras de mais de metade do total das dívidas (53,5 %). Lisboa lidera esta lista, com o maior passivo do país, no valor de 965 milhões de euros. Bem mais abaixo, nos 268 milhões, aparece Vila Nova de Gaia, na segunda posição. Em terceiro está o Porto, com um passivo na ordem dos 177 milhões de euros, seguindo-se Aveiro, Gondomar e a Maia, na sexta posição, com um passivo superior a 105,4 milhões de euros. Ainda assim, a baixar desde 2005. Mas situando-se entre os 35 municípios

mais endividados, com mais de 3 567 milhões de euros, do total de cerca de 6663 milhões de euros de endividamento nacional, em 2007.

O endividamento líquido global – diferença entre as dívidas a pagar e as disponibilidades e dívidas a receber – foi de 5 866 milhões de euros. Por grupos municipais – no caso da Maia abrangendo apenas os Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento (SMAES) – o município surge com o quinto maior índice de dívida líquida, ascendendo a cerca de 122 milhões de euros. Relacionando esse endividamento líquido com as receitas do ano anterior (2006), a Maia está entre os 35 municípios com os índices mais elevados, ocupando o 28º posto.

Apesar de tudo, a Maia aparece no mesmo relatório como o 11º município com maiores resultados económicos – cerca de 12,4 milhões de euros – mas com dados relativos a 2006. Mas sem que isso coloque o concelho no ranking global dos 50 melhores municípios em termos de eficiência financeira.

Apesar de tudo, a Maia aparece no mesmo relatório como o 11º município com maiores resultados económicos – cerca de 12,4 milhões de euros – mas com dados relativos a 2006. Mas sem que isso coloque o concelho no ranking global dos 50 melhores municípios em termos de eficiência financeira.

DESPESAS E RECEITAS

As dívidas de médio e

longo prazo caíram 49,5 por cento (%), ao mesmo tempo que diminuiu em mais de

das receitas provenientes de impostos, registando mais de 54 %, o que coloca o município no posto 22. E no 23º lugar da tabela correspondente ao menor grau de execução da receita sobrada, face à receita liquidada (94,55%).

Considerando a despesa com pessoal "a despesa estrutural mais representativa no funcionamento da administração e mais directamente relacionada com as obrigações e competências do município", o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007 elenca os municípios com menor e maior peso destes custos na despesa total. Neste caso, a Maia foi neste ano o 23º município com menor peso, equivalente a apenas 18,67%. Mas sem contabilizar o correspondente às empresas municipais ou serviços municipalizados, cenário que se aplica também ao ranking dos municípios onde as despesas de investimento e transferências de capital têm maior peso nas despesas totais. No caso da Maia, um peso de quase 51%.

No que respeita à independência financeira das autarquias – correspondente ao rácio entre receitas próprias e as receitas totais – variou em 2007 entre 5%

ordem de um ponto percentual por ano.

Em menor número, é certo, mas em 2007 havia ainda em Portugal autarquias sem qualquer endividamento líquido. Eram apenas 17, com a melhor situação financeira a verificar-se em Penacova, Cascais, Cinfães, Mafra, Lagos, Almada, Câmara de Lobos, Castelo Branco, Belmonte e Loulé. Além disso, o mesmo anuário destaca o facto de ter baixado para apenas 39 o número de municípios portugueses com uma dependência superior a 80% das receitas provenientes do Estado. Aliás, "uma evolução que se considera positiva para uma maior autonomia financeira dos municípios".

CONCLUSÕES

Na apresentação do anuário, na sede da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, em Lisboa, o coordenador João Carvalho concluiu que, em termos globais, as contas estavam equilibradas, afastando a ideia de um cenário demasiado preocupante, em 2007. Mas isso não impede uma série de recomendações presentes no relatório. Aliás, à semelhança do que vem sendo feito desde 2003. Sugere-se, por exemplo, o recurso a audi-

Empresas municipais

Pela primeira vez na história destes anuários, no relatório referente a 2007 é já incluída a informação financeira das empresas municipais e dos serviços municipalizados. Mas apenas de uma amostra.

Foram disponibilizadas as contas de 28 serviços municipalizados e de 47 empresas municipais, inclusive da Maia. Neste concelho, destacaram-se os Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento, com um resultado negativo de 841 835 euros, em 2007.

Ainda neste domínio, os responsáveis pela elaboração do anuário consideram "questionável" a não aplicação do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais às empresas municipais.

52 milhões de euros a dívida à banca. E cresceram as receitas (12 por cento), totalizando 547 milhões de euros. Por falar em receitas, a Maia faz parte da lista de 35 autarquias com maior peso

(Corvo, Lajes das Flores e Nordeste) e 87% (Lisboa). A Maia aparece em 21º lugar da tabela, com 72 por cento, salientando-se ainda o facto de assistir desde 2005 a uma descida da independência financeira, na

tores externos à autarquia para análise das contas dos municípios "que detenham capital em fundações ou em entidades do sector empresarial local".

Marta Costa

Implementação do POCAL

O relatório analisa também a implementação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), concluindo que este "é efectivamente aplicado de forma generalizada a todos os municípios do país", acrescentando que, desde 2005, "todos os municípios apresentaram os principais mapas exigidos pelo Tribunal de Contas". Mas advertindo para o facto de ainda

não estar em funcionamento, na maioria dos casos, o subsistema de contabilidade dos custos.

Neste cenário global, e numa escala de 0 a 20, a Maia regista um índice de conformidade total de 16, tal como, por exemplo, Matosinhos. Ainda no Grande Porto, os concelhos de Valongo, Porto apresentam um índice de 17, sendo o ranking liderado por Torres Novas com

Ano Passivo (Euros)

2005	128 184 183
2006	116 606 546
2007	105 469 708

um índice de conformidade de implementação do POCAL de 19.

Ficha Técnica

Este V Anuário dos Municípios Portugueses, referente a 2007, foi elaborado por investigadores da Universidade do Minho e do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Câmara da Maia justifica endividamento



Apesar de preocupado com os dados deste "Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007", o presidente da Câmara Municipal da Maia sublinha que a posição da Maia no

ranking já deve ter mudado em 2008, dado o esforço da autarquia para reduzir a dívida. "Acredito que saímos dos primeiros 50", prevê Bragança Fernandes.

De qualquer forma, "temos obra", sublinha para justificar o facto da Maia ter terminado 2007 com o sexto maior passivo dos municípios portugueses. E dá como exemplos as redes de saneamento e de abastecimento de água já disponíveis em todo o concelho, bem como as infraestruturas desportivas criadas na Maia, as respostas ao nível do ensino pré-escolar, os equipamentos sociais e os parques à disposição dos habitantes. "Logo, ao fazermos infra-estruturas para o bem-estar da população, claro que devemos dinheiro", conclui o edil.

Isto em 2007. Para o próxi-

mo anuário, relativo às contas de gerência de 2008, o autarca maíota acredita que a situação será bem distinta. Até porque "abatemos à dívida cerca de 15 milhões de euros"; reitera Bragança Fernandes, apesar de "continuarmos a manter o nosso ritmo de construção". Neste caso, rejeita tratar-se de "obras faustosas", mas sim "obras para servir a população". Para um maior equilíbrio das contas da autarquia contribui o recentemente aprovado financiamento superior a 12,5 milhões de euros, no âmbito do PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado. "E este ano continuamos com uma engenharia financeira muito grande", acrescenta o presidente da Câmara da Maia.

MC



ID: 24765056

16-04-2009

A análise é de 2007 e não contempla o empréstimo de 5 milhões de euros Oliveira do Hospital está entre os 50 melhores municípios do país em termos de eficiência financeira

Oliveira do Hospital está classificada no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses como um dos municípios do país com menos dívidas por habitante. As contas referem-se ao exercício de 2007.

▼ LILIANA LOPES

A conclusão é do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2007, recentemente apresentado em Lisboa.

Esta publicação, editada anualmente pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), é referente às contas apresentadas pelos 308 municípios portugueses em 2007, e visa, sobretudo, "analisar a situação orçamental, financeira, patrimonial e económica dos municípios".

Para além de Oliveira do Hospital, no distrito de Coimbra, apenas outros três concelhos têm este estatuto: Cantanhede, Pampilhosa da Serra e Penacova.

Uma outra nota que este anuário refere está relacionada com o facto de Oliveira do Hospital também surgir entre os 29 municípios do país que nos anos de 2005, 2006 e 2007, não recorreram a empréstimos bancários. Significa isto que as análises efectuadas na publicação da CTOC, não incidem portanto sobre o empréstimo de 5 milhões de euros que autarquia oliveirense contraiu no final do ano de 2008.

(...) Para além de Oliveira do Hospital, no distrito de Coimbra, apenas outros três concelhos têm este estatuto: Cantanhede, Pampilhosa da Serra e Penacova (...)

RANKING GLOBAL DOS 50 MELHORES MUNICÍPIOS EM TERMOS DE EFICIÊNCIA FINANCEIRA			
Município	Distrito	Dimensão	População
Albufeira	Faro	M	38 175
Alcácer do Sal	Setúbal	P	13 191
Almada	Setúbal	G	166 148
Amadora	Lisboa	G	173 413
Amarante	Porto	M	61 514
Anadia	Aveiro	M	31 559
Arouca	Aveiro	M	23 773
Belmonte	Castelo Branco	P	7 735
Braga	Braga	G	175 063
Bragança	Bragança	M	34 489
Caldas da Rainha	Leiria	M	52 587
Câmara de Lobos	Madeira	M	35 969
Cantanhede	Coimbra	M	38 931
Cascais	Lisboa	G	186 947
Castelo Branco	Castelo Branco	M	54 254
Cinfães	Viseu	M	20 494
Estarreja	Aveiro	M	28 300
Lagoa (Algarve)	Faro	M	24 390
Lagos	Faro	M	28 502
Leiria	Leiria	G	127 919
Loulé	Faro	M	64 798
Mafra	Lisboa	M	68 709
Marinha Grande	Leiria	M	38 533
Mealhada	Aveiro	M	22 099
Montijo	Setúbal	M	41 210
Mortágua	Viseu	P	10 217
Óbidos	Leiria	P	11 332
Oleiros	Castelo Branco	P	5 872
Oliveira do Bairro	Aveiro	M	23 244
Oliveira do Hospital	Coimbra	M	21 714
Ovar	Aveiro	M	57 730
Pampilhosa da Serra	Coimbra	P	4 416
Penacova	Coimbra	P	16 893
Penedono	Viseu	P	3 322
Pombal	Leiria	M	59 764
Ponte de Lima	Viana do Castelo	M	44 618
Ponte de Sor	Portalegre	P	17 203
Sabugal	Guarda	P	13 533
Salvaterra de Magos	Santarém	M	21 398
Santa Maria da Feira	Aveiro	G	146 347
Santana	Madeira	P	8 326
Seixal	Setúbal	G	173 406
Sernancelhe	Viseu	P	6 060
Sintra	Lisboa	G	437 471
Tavira	Faro	M	25 410
Tondela	Viseu	M	30 852
Vagos	Aveiro	M	23 933
Vila Real	Vila Real	M	50 296
Vila Real de Santo António	Faro	P	18 444
Viseu	Viseu	M	98 619

Fonte: Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses - 2007

Neste anuário financeiro, que é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Oliveira do Hospital aparece ainda como o 23º município do país com "menor índice de dívidas a fornecedores relativamente às receitas do ano anterior". No distrito de Coimbra, só o concelho de Pampilhosa da Serra, em 22º lugar, consegue esta "performance".

No país, os três municípios com menor endividamento a fornecedores são, respectivamente, Penedono, Aguiar da Beira e Santa Cruz das Flores, nos Açores. Já no contexto da região, Seia, por exemplo, está no 26º lugar do ranking dos municípios com maior volume de dívidas a fornecedores.

Relativamente ao conjunto de municípios "sem ou com baixo índice de endividamento líquido por habitante", os concelhos de Pampilhosa da Serra, Arronches e Penedono, estão classificados como municípios "sem endividamento líquido por habitante". No caso de Oliveira do Hospital, o 28º concelho do país com menos dívidas por habitante, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses revela que, em final de 2007, a dívida por cada munícipe cifrava-se em 78,1 euros.



Município destacou-se na eficiência financeira

O Anuário Financeiro, elaborado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, refere-se a 2007 e foi conhecido no dia 8 deste mês

+++ Pombal está entre os 50 melhores municípios do país em termos de eficiência financeira, segundo o ranking global que consta no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, referente a 2007.

O documento, elaborado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, foi apresentado no dia 8 deste mês e inclui, pela primeira vez, informação financeira das empresas financeiras e dos serviços municipalizados.

A semelhança dos anteriores anuários, esta quinta edição pretende, entre outros objectivos, "analisar a situação orçamental, financeira, patrimonial e económica dos municípios, com base nos mapas contabilísticos", bem como elaborar rankings alusivos às primeiras e últimas 35 situações de performance financeira, económica e orçamental dos municípios e ainda um ranking global dos 50 melhores municípios.

Para uma melhor e mais correcta interpretação dos dados, os municípios são distribuídos segundo a sua dimensão, isto é, "pequenos", "médios" e "grandes". Pombal está incluído nos de média dimensão.

Entre os critérios tidos em conta para a elaboração do ranking global



+ O Município de Pombal aparece destacado em vários pontos analisados

constam as dívidas a terceiros por habitante; a liquidez; o endividamento líquido por habitante; o resultado líquido nos últimos dois anos, pró habitante; o peso das despesas com pessoal nas despesas totais; a arrecadação de impostos e taxas, por habitante; a diminuição dos passivos financeiros; o grau de execução da receita nos últimos dois anos; os investimentos (incluindo as transferências de capital), por habitante nos últimos dois anos; e o grau de cumprimento do

POCAL.

Esmiuçando alguns destes critérios e os rankings elaborados para os mesmos, refira-se que, no âmbito do distrito, os concelhos de Leiria e Óbidos figuram entre os 35 do país que revelam um maior peso de receitas pro-

+++

POMBAL É DOS MUNICÍPIOS QUE APRESENTA MENOR PASSIVO EXIGÍVEL POR HABITANTE

venientes de impostos. Já no ranking dos municípios com maior grau de execução da receita cobrada em relação ao orçamento da receita, Pombal ocupa a sexta posição, num total de 35 câmaras municipais analisadas, sendo o único do distrito a integrar aquela lista. O nome de Pombal volta a constar noutra ranking, desta vez na lista daqueles que apresentam menor peso das despesas com pessoal nas despesas totais (18,74 por cento), situando-se na 24ª posição: +



números

50

No ranking global do anuário constam 50 municípios, entre eles o de Pombal.

10

Para a elaboração do ranking foram analisados 10 critérios.

308

No país existem 308 municípios, mas o estudo analisou 307.

2007

Os dados constantes no documento são relativos ao ano de 2007.

FOTO: D.R.

CINFÃES | BOA GESTÃO

Município com melhor eficiência financeira

Economia. O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses concluiu que Cinfães está entre os “50 melhores municípios em termos de eficiência financeira”. Os dados do documento referem-se à prestação financeira dos municípios durante o ano de 2007.

A elaboração do ranking teve por base 10 indicado-

res relacionados com a “gestão financeira, económica, patrimonial e orçamental dos municípios” (entre os quais as dívidas a terceiros por habitante, a liquidez, o endividamento líquido por habitante, a arrecadação de impostos e taxas por habitante e a diminuição dos passivos financeiros).

O desempenho do município de Cinfães é ainda referenciado no “ranking

global dos 20 melhores municípios de média dimensão”, também relativamente à eficiência financeira.

Os autores do estudo atribuíram três categorias aos municípios, consoante a população de cada um: pequena (população menor ou igual a 20 mil habitantes), média (superior a 20 mil e menor ou igual a 100 mil habitantes) e grande dimensão (superior a 100 mil habitantes). Para a elaboração do

estudo, a população atribuída a Cinfães foi de 20 494 habitantes.

No ranking global dos 50 melhores municípios, foram consideradas todas as categorias. O Anuário, divulgado na quarta-feira, 8 de Abril, “analisa as contas do municípios” e “tem o apoio da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, do Tribunal de Contas e da Fundação para a Ciência e Tecnologia”.



Municípios da região sobem no "ranking" dos mais endividados do país

Sandra Invéncio

CADA HABITANTE do concelho de Fornos de Algodres devia, em 2007, quase 6.100 euros, o que coloca este município na liderança do "ranking" dos 35 com maior passivo exigível (dívida) por pessoa. Em Celorico da Beira e Fundão, que também aparecem na lista, por exemplo, cada munícipe devia perto de 2.100 euros e, já em Seia e na Covilhã, o valor ronda os 1.700. Estas são algumas das conclusões do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses referentes àquele ano, apresentado na semana passada pela Câmara de Técnicos de Oficiais de Contas (CTOC).

No distrito da Guarda e região da Cova da Beira são quatro os municípios que aparecem na lista dos mais endividados, os mesmos que constavam do estudo referente a 2006, com a diferença de que um ano depois subiram posições na tabela. A Covilhã, antes em 15º lugar, é agora 9ª com quase 87 milhões de euros de passivo, enquanto o Fundão passou do 20º lugar para o 16º (66 milhões) e Seia (48 milhões) e Guarda (47 milhões) avançaram uma posição cada, classificando-se em 29º e 30º, respectivamente. Estes concelhos aparecem assim na listagem dos 35 mais endividados do país - que, em conjunto, representam 53,5 por cento do total das dívidas das 308 autarquias existentes.

Os quatro municípios da região estão, de resto, no "ranking" dos que têm pior índice de endividamento líquido em relação às receitas do ano anterior, todos nas



A Câmara da Guarda ascendeu uma posição na lista das mais endividadas

primeiras 16 posições - aqui juntamente com Celorico da Beira e Gouveia.

E ainda na lista dos que se encontram em situação de ruptura financeira ou desequilíbrio financeiro estrutural, por apresentarem dívidas a fornecedores superiores a 50 por cento das receitas do ano anterior. Neste indicador, o Fundão consegue mesmo classificar-se no segundo lugar (155,7 por cento), logo depois de Aveiro, apontando o estudo para uma dívida a fornecedores na ordem dos 37 milhões de euros.

Autarcas falam em capacidade de investimento

Porém, o presidente da autarquia fundanense, o social-democrata Manuel Frexes, fala em «classificação errada» naquele indicador. Isto porque a edilidade recorreu à banca para conseguir pagar, sendo que «o que existe são operações de "factoring" e, por isso, uma dívida financeira», não havendo por liquidar aqueles 37 milhões, considera. O valor real naquele ano, sustenta, eram 6,5 milhões de euros. «Se a autarquia

devesse todo esse dinheiro aos fornecedores, como é que eu conseguia entrar na Câmara?», questiona. Em relação ao passivo exigível, Manuel Frexes reconhece que existe «uma dívida um pouco pesada», mas desvaloriza a questão, até porque «o estudo diz também que as Câmaras mais endividadas são também aquelas que mais investem», sublinha. No caso do Fundão, é o sexto município que mais investiu, sendo que 65 por cento das despesas totais se referem a investimento, acrescenta.

Opinião semelhante tem o autarca senense, o socialista Eduardo Brito, para quem o documento «se foca nos números, mas não mostra as acções que as autarquias desenvolvem e nem os níveis de desenvolvimento». O edil diz que a situação financeira da Câmara resulta das gestões anteriores à sua chegada à presidência: «Há 16 anos a Câmara de Seia estava endividada em 3,5 milhões de contos e tinha menos de um milhão de receitas», recorda. Neste cenário, diz que havia duas hipóteses: liquidar a dívida ou «avançar com obras

Guarda, Covilhã, Seia e Fundão agravaram as contas em 2007, enquanto Belmonte e Sabugal são considerados bons exemplos em termos de eficiência financeira

rumo ao desenvolvimento». «Os números são o resultado de um ciclo de progresso», afirma, para depois exemplificar com a cobertura total da rede de saneamento e com o parque industrial.

Méda é um dos menos endividados

Em destaque pela posição neste estudo encontram-se também vários municípios da região. São os casos de Belmonte e Sabugal, considerados bons exemplos em termos de eficiência financeira, depois de somados os diferentes indicadores do estudo. Belmonte aparece no "ranking" global dos 50 melhores nesta matéria e é um dos menos endividados, enquanto o Sabugal é um dos 20 com melhor eficiência financeira ao nível dos municípios de pequena dimensão - que inclui os concelhos com população não superior a 20 mil habitantes. É também um dos que tem menos despesas com pessoal e dos que tem maior liquidez. O presidente da Câmara do Sabugal, Manuel Rito, diz-se satisfeito com os resultados do estudo da CTOC, considerando que são o reflexo «de uma actividade e investimentos ponderados em prol do desenvolvimento do concelho, sem grandes loucuras».

No "ranking" dos menos endividados encontra-se ainda o município da Méda, com pouco mais de dois milhões de euros. Já Aguiar da Beira também está em destaque, ocupando o segundo lugar das Câmaras com menor índice de dívida a fornecedores relativamente às receitas do ano anterior. O INTERIOR tentou ouvir também o presidente da Câmara da Covilhã, Carlos Pinto, e ainda o da Guarda, Joaquim Valente, mas sem sucesso.

Outros dados

- Gouveia e Belmonte recebem nota 17 (escala de 0 a 20) na implementação do POCAL e Belmonte e Méda 16.
- Méda, Figueira de Castelo Rodrigo, Trancoso, Pinhel e Almeida estão na lista dos municípios com menor independência financeira (receitas próprias/receitas totais).
- Figueira de Castelo Rodrigo, Trancoso, Aguiar da Beira, Sabugal, Méda e Manteigas apresentam uma dependência do OE acima dos 80 por cento.
- Pinhel é o segundo município com maior grau de execução da receita cobrada em relação ao orçamento da receita.
- Guarda (3ª) e Fornos de Algodres (6ª) na tabela dos que têm menor grau de execução da receita cobrada em relação ao orçamento da receita.
- Covilhã é o município que tem menos despesas com pessoal em todo o país.
- Covilhã (2ª), Fundão (6ª) e Almeida (20ª) na lista dos que têm maior peso das despesas de investimento e transferências de capital nas despesas totais.
- Gouveia é o único município da região a constar na lista dos que têm maior rácio receitas liquidadas/receitas cobradas.
- Guarda é quarta na de menor rácio receitas liquidadas/receitas previstas.
- De entre os municípios com menor liquidez estão Fundão (7ª), Fornos de Algodres (9ª) e Seia (17ª).
- Covilhã é o sexto município do país com menores resultados económicos (-8.447.192).
- Covilhã (8ª), Fundão (16ª) e Guarda (28ª) na lista dos que têm maior índice de dívida líquida.

Fonte: Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2007